

Ideologia, Cinismo e Interpassividade: aportes para compreensão da violência entre parceiros íntimos

Ideology, Cinism and Interpassivity: contributions to understanding the intimate partner violence

Rafael De Tilio*
Grazielli Terassi**

Resumo: As violências ocorridas entre parceiros íntimos podem ser compreendidas como manifestações da violência de gênero, isto é, decorrências de construções sociais que atribuem atitudes (ações, representações e afetos) específicas aos homens e mulheres. Essa pesquisa é um estudo de casos múltiplos de coorte transversal com delineamento qualitativo, cujo objetivo foi investigar como a desigualdade de gênero ocasiona e mantém práticas conjugais violentas. As cinco participantes consideram que a violência é uma consequência (da cultura) do machismo, mas no geral não conseguem romper com estes relacionamentos. Os conceitos de ideologia, cinismo e interpassividade (além da dependência emocional e financeira) podem fornecer elementos para compreender as razões pelas quais essas vítimas permanecem nestes relacionamentos abusivos. Assim, entender os sentidos que circunscrevem as relações de violência de gênero entre parceiros íntimos pode possibilitar, juntamente com debates e lutas, condições para a construção de relações menos assimétricas entre homens e mulheres.

Palavras chave: Violência contra mulher. Ideologia. Gênero.

Abstract: The violence between intimate partners can be understood as manifestations of gender violence, e.g. social constructions that attributes attitudes (actions, representations and affections) specific to men and women. This research is a study of multiple cases with cross-sectional cohort with qualitative design, aimed to investigate how gender inequality causes violent marital practices. Five women were interviewed and considered that violence is a consequence (of culture) of male chauvinist, but in general cannot break away from these relationships. The concepts of ideology, cinism and interpassivity (besides the emotional and financial dependence) can provide elements to understand why these women remained in abusive relationships. Thus, to understand the meanings that circumscribe the gender violence between intimate partners can enable, after debates and struggles, conditions for the construction of less asymmetrical relations between men and women.

Keywords: Violence against women. Ideology. Gender.

Recebido em: 13/10/2016. Aceito em: 25/10/2016

* Doutor em Psicologia; Programa de Pós-graduação em Psicologia; Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: rafaeldetilio.uftm@gmail.com.

** Psicóloga; Universidade Federal do Triângulo Mineiro; E-mail: grazielli.terassi@hotmail.com.

Introdução

A violência é um fenômeno que ocorre em todas as classes sociais, culturas e sociedades visando ferir ou destruir o outro (indivíduo ou coletividade) e que pode ser considerado intrínseco ao processo civilizatório, mas que se manifesta de diversas formas (GOMES, DINIZ, ARAÚJO e COELHO, 2007).

Atualmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (KRUG, DAHLBERG, MERCY, ZWI e LOZANO, 2002, p. 5).

Assim, a partir dessa definição basicamente três formas de violência podem ser estabelecidas: a autoinfligida, a interpessoal e a coletiva (FONSECA, RIBEIRO e LEAL, 2012). Especificamente em relação à violência interpessoal, que é a que mais interessa aos propósitos desta investigação, há um subtipo que pode ser denominado violência nas relações familiares, incluindo a violência (de gênero) entre parceiros íntimos (FONSECA et al., 2012).

Neste sentido, no contexto brasileiro a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2010) no seu Art. 5º define a violência no âmbito doméstico como aquela ocorrida “[no] espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive entre as esporadicamente agregadas” (BRASIL, 2010, p.5). Ademais, essa lei define família como “a comunidade formada por indivíduos que são, ou se consideram, aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa” (BRASIL, 2010, p.5). Essa lei ainda faz referência à violência conjugal definindo-a como a que ocorre “em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independente de coabitação” (BRASIL, 2010, p.5).

A Lei Maria da Penha especifica os tipos de violência doméstica e familiar em cinco domínios, a saber: físico (danos ao corpo provocados por tapas, empurrões, chutes, murros, perfurações, queimaduras e tiros dentre outros), patrimonial

(destruição de bens materiais, objetos e documentos), sexual (quando a vítima é obrigada por meio de constrangimento a presenciar, manter ou participar de relações sexuais não desejadas), moral (calúnia, difamação ou injúria) e psicológico ou emocional (qualquer conduta que resulte em dano emocional e/ou diminuição da autoestima, coação, humilhações, imposições, desvalorização, xingamentos, gritos, desprezo e desrespeito dentre outros) (BRASIL, 2010).

Ribeiro e Coutinho (2012) apresentam alguns dados significativos sobre a violência doméstica perpetrada por homens contra mulheres na América Latina que atinge entre 25% e 50% das mulheres. Os autores também destacam que a violência entre parceiros íntimos não se limita ao dano físico imediato, mas também se correlaciona com a diminuição e perda de qualidade de vida, distúrbios gastrointestinais, lesões, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada, sentimento de culpa, baixa autoestima, depressão, ansiedade, pânico, estresse pós-traumático, alcoolismo, abuso de outras drogas e suicídios.

Além disso, segundo Waiselfisz (2015), pesquisas realizadas pelo Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS) constataram que entre 1980 e 2013 um montante de 106.093 mulheres foram vítimas de homicídio no Brasil, sendo que em 1980 o número de vítimas foi de 1.353 passando para 4.762 em 2013 (aumento de 252%). O autor ainda revela que em 1980 a taxa de homicídio tendo mulheres vítimas era de 2,3 mulheres para cada 100 mil habitantes, e em 2013 esse número aumentou para 4,8 mulheres para cada 100 mil habitantes (crescimento de 111,1%).

Outra problemática, talvez a mais significativa, própria da violência doméstica é que a maioria das vítimas permanece acuada e em silêncio em um relacionamento baseado na dependência financeira e emocional dos parceiros com episódios cíclicos de violência, ou seja, as vítimas não conseguem romper o ciclo da violência (NJAINE, SILVA, RODRIGUES, ROMEU, e DELZIOVO, 2014).

Para Miller (1999) o ciclo de violência ocorre em situações nas quais o agressor após o ato de violência propõe uma reconciliação com a vítima a fim de convencê-la de que as agressões

não ocorrerão novamente. Assim, ao intercalar momentos de violência com amor/harmonia, o agressor contribui para que a mulher-parceira permaneça durante anos vivenciando esse ciclo dentro de seu relacionamento. Portanto, a permanência (de mulheres vítimas) nos relacionamentos abusivos e violentos com seus parceiros íntimos envolve, mas não se limita, às dependências financeiras e emocionais.

Há de se compreender a violência entre parceiros íntimos, nominalmente a perpetrada pelos homens contra as mulheres, como violação de Direitos Humanos atrelada a problemas variados, complexos e de natureza distinta. Portanto, a violência contra a mulher é multicausal, multi-dimensional e multifacetada (PEQUENO, 2007).

É impossível, entretanto, falar sobre violência contra a mulher, violência doméstica e/ou violência entre parceiros íntimos sem falar da violência de gênero, concebidas como fragilidade e submissão das mulheres diante dos homens. No geral, as diferenças entre os gêneros são baseadas em pressupostos biológicos que atribuem características (física, morais e cognitivas) negativas e inferiores às mulheres em relação aos homens (DE TILIO, 2014). Tais maneiras de significar e atuar no mundo podem ser denominadas perspectivas ou lentes de gênero, ou seja, representações das quais decorrem práticas que reproduzem o poderio e dominação dos homens através do tempo e que podem ser resumidas na tríade androcentrismo, polarização de gênero e essencialismo biológico (DIAS e MACHADO, 2008).

Dias e Machado (2008) e De Tilio (2014) ainda discorrem sobre diferentes conceituações dos termos sexo e gênero ao longo da história. Para esses autores o primeiro termo (sexo) seria referente aos aspectos biológicos da diferença sexual (anatômica, hormonal e/ou cromossômica) dos corpos (ou seja, a diferença supostamente real entre machos ou fêmeas), e o segundo termo (gênero) seria referente às designações culturais que atribuem diferentes e diversificados significados aos papéis exercidos pelos homens e mulheres ao longo da história. Assim, sexo seria uma determinação biológica, ao passo que gênero seria uma investidura social visualizada em papéis exercidos.

Todavia, essa diferenciação entre sexo (biologia) e gênero (cultura) não é ponto pacífico

dentre as teorias de gênero. Por exemplo, para Butler (2010) gênero seria:

[...] a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2010, p.59).

Em outras palavras, para a autora o sexo seria igualmente e antes de tudo gênero – ou mais apropriadamente: o sexo (compreendido como a diferença biológica e natural dos corpos) também seria resultado de processos culturais e não um fato a-histórico. Para Butler (2010) atribuir uma diferença sexual aos corpos a partir de pressupostos biológicos (mais ou menos visíveis a depender dos critérios utilizados, mas sempre localizáveis e justificáveis a partir da materialidade dos corpos) é, antes de tudo, um fenômeno discursivo que estrutura relações de poder. Portanto, a materialidade e a diferença dos corpos (que é verídica) só adquire relevância como consequência de uma materialidade/engenharia discursiva.

Por isso Butler (1993; 2010) discorre acerca do conceito de performatividade de gênero: a díade sexo/gênero nada mais seria do que uma performance social e culturalmente orientada, isto é, mantida não pela suposta natureza biológica, mas sim pela repetição de determinadas normas e condutas:

A performatividade não é um ato singular [individual], porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções de que é uma repetição. (BUTLER, 2010, p. 34).

Pode-se considerar que um dos principais indícios dessa performatividade de gênero, segundo Saffioti (2001), pode ser visualizado na nossa sociedade no exercício da função patriarcal, a partir da qual:

Os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. (SAFFIOTI, 2001, p.115).

Assim, para a Saffioti (2001) e Bourdieu (2010), punir o que se apresenta como desvio de gênero pode ser socialmente localizado por meio da dominação e exploração promovida pelos homens ao exercerem sua capacidade de mando fundamentada e amparada na violência simbólica e real.

Por fim, as relações de gênero que envolvem a violência de gênero (no caso, a violência entre parceiros íntimos) necessita ser compreendida não apenas como um ato individual (de um homem contra uma mulher, repetido à exaustão na sociedade contemporânea), mas como o resultado de um funcionamento da estrutura social, ou seja, como um processo político que envolve relações de poder. Neste sentido, os conceitos de ideologia (CHAUÍ, 2012; FELIP LÓPEZ-ESPINOSA, 2012; STOPPINO, 1998), cinismo (SAFATLE, 2008; ŽIŽEK, 1992) e interpassividade (PFALLER, 2007; ŽIŽEK, 1998; 2010) podem auxiliar a compreender as razões pelas quais algumas vítimas mesmo conscientes das suas situações de exploração, permanecem ou tem dificuldades para romper com relacionamentos íntimos violentos. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi investigar como a desigualdade de gênero ocasiona e mantém práticas conjugais violentas.

Percurso metodológico

Tipo de estudo

Essa pesquisa é um estudo de casos múltiplos que utiliza a estratégia de amostragem por saturação e de coorte transversal, amparados na abordagem qualitativa de pesquisa.

Para Yin (2005) o estudo de caso tem como preocupação precípua a compreensão das multi-determinações de um fenômeno. Assim, o estudo de casos múltiplos é uma estratégia de coleta de dados e acesso ao fenômeno de interesse utilizando simultaneamente vários casos. O estudo de coorte transversal ocorre quando os dados de cada participante são coletados em único momento, ou seja, numa única sessão (para cada participante). Para Fontanella, Ricas e Turato (2008) a delimitação do tamanho da amostra pelo critério de saturação ocorre quando a inclusão de novos participantes/casos na pesquisa é suspensa

por não ser mais relevante persistir na coleta de dados devido à repetição das informações. E, por fim, segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa é extensamente utilizada para a compreensão de relações sociais, tendo como foco as perspectivas, conhecimentos e sentidos dos participantes acerca de um fenômeno.

Participantes

Participaram da pesquisa cinco mulheres que fazem parte do programa Pró-Viver Mulher no Centro de Atenção Integral a Saúde da Mulher (CAISM) na cidade de Uberaba/MG. Esse programa oferece assistência integral em saúde por parte de profissionais da saúde às mulheres vítimas de violência doméstica.

Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídas mulheres que sofreram e ou que durante a pesquisa sofriam quaisquer tipos de violência doméstica de parceiros íntimos mediante o critério de autodeclararão (ter sido/ser vítima de violência de gênero), sem necessariamente terem prestado queixa policial. Todas as participantes são maiores de idade. Foram excluídas mulheres que sofreram ou sofrem violência doméstica por outros agentes que não parceiros íntimos.

Instrumento

Para a coleta dos dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada especialmente construída para essa pesquisa. Para Tavares (2002) na entrevista semiestruturada o pesquisador tem clareza de que tipo de informação será necessária para atingir o objetivo da pesquisa, de que forma essa informação deve ser obtida, em que sequência e em que condições o fenômeno deve ser investigado. É um procedimento que possibilita a obtenção de informações necessárias de modo padronizado, aumentando a confiabilidade e fidedignidade dos dados obtidos.

Procedimentos de coleta e análise dos dados

O acesso ao CAISM para a realização das entrevistas se deu mediante autorização da Secretária Municipal de Saúde de Uberaba/MG e da profissional (psicóloga) de referência técnica

do Programa Pró-Viver Mulher que prestam atendimentos às mulheres vítimas de violência de gênero de parceiros íntimos.

Primeiramente, o convite para as mulheres vitimadas para participarem da pesquisa foi realizado pela psicóloga (profissional de referência) responsável pelo atendimento das usuárias, e as que demonstraram interesse eram indicadas à equipe de pesquisadores. Depois disso, os pesquisadores entravam em contato com as interessadas e as informavam acerca de todos os procedimentos pertinentes a sua participação na pesquisa. Trata-se, portanto, de uma amostra por conveniência.

As participantes foram devidamente informadas dos objetivos e métodos da pesquisa e assinaram espontaneamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, destacando que as entrevistas seriam individuais e sigilosas e que seriam realizadas em uma sala disponibilizada pelo CAISM. As participantes não foram expostas a riscos, principalmente no que diz respeito à menção de seus nomes reais (foram utilizados nomes fictícios que não permitem sua identificação).

As entrevistas foram realizadas após autorização das participantes e posteriormente foram transcritas e seus conteúdos organizados a partir da técnica da Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 2011), a saber: leitura exaustiva do material (entrevistas), codificação e categorização dos conteúdos. Os dados foram interpretados utilizando tanto as contribuições de autores dedicados aos estudos de (violência de) gênero como a partir dos conceitos de ideologia, cinismo e interpassividade.

Considerações éticas

Esta pesquisa observou as recomendações das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e foi autorizada pelo Comitê de Ética em

Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (CAAE nº 54285416.0.0000.5154 de aprovação na Plataforma Brasil).

Resultados e Discussões

Os dados obtidos nas entrevistas serão apresentados em três grandes agrupamentos. O primeiro agrupamento é a caracterização das participantes. O segundo agrupamento é a análise dos dados organizados em categorias temáticas construídas a partir do conjunto de entrevistas a partir das pré-dicas da Análise de Conteúdo Temática; portanto, são categorias constituídas *a posteriori*. Por fim, o terceiro agrupamento é o adensamento da análise do conjunto dos dados utilizando os operadores conceituais ideologia, cinismo e interpassividade para problematizar as razões pelas quais algumas vítimas, mesmo conscientes das suas situações de vulnerabilidade social e de gênero, permanecem ou tem dificuldades para romper com relacionamentos íntimos violentos.

As vítimas

Como forma de identificar a situação vivenciada por cada participante desta pesquisa o quadro a seguir caracteriza a amostra segundo a idade da vítima, a atual relação com o agressor, o tempo de relacionamento e o tipo de violência sofrida.

Quadro 1. Caracterização das participantes.

Participante	Idade	Atual relação com o agressor	Tempo de relacionamento	Tipo de violência
Lúcia	23	Ex-marido	2 anos de casamento	Psicológica
Silvana	55	Marido	36 anos de casamento	Psicológica e sexual
Carmem	54	Ex-marido	15 anos de casamento	Psicológica, física, tentativa de homicídio
Eliana	48	Marido	7 anos de casamento	Psicológica
Rose	33	Marido	12 anos de casamento	Psicológica e física

Fonte: Dados da pesquisa. Org.: os autores.

As participantes têm idades entre vinte e três e cinquenta e cinco anos, com média de idade de 42.6 anos. O tempo de relacionamento entre

vítimas e agressores varia entre dois anos e trinta e seis anos de casamento/relacionamento, sendo a média pouco mais de 14 anos – são, portanto, relacionamento de longa duração.

Três das participantes (Silvana, Eliana e Rose) ainda sofriam violências do atual parceiro (seus maridos) e duas sofreram do ex-marido (Lúcia e Carmem) durante vários anos, sendo que um dos agressores atualmente está preso devido à tentativa de homicídio da parceira (Carmem).

Duas participantes (Lúcia e Eliana) relatam ter sofrido apenas violência psicológica e as demais sofreram vários tipos de violência (psicológica; física; e sexual).

As razões alegadas e as consequências da violência (de gênero) entre parceiros íntimos

Nesta seção os conteúdos das entrevistas serão apresentados em três categorias temáticas, a saber: *Razões da violência contra a mulher* (como as participantes expuseram e significaram as motivações e justificativas da violência da qual foram vítimas); *Permanência na relação violenta* (na qual medo, vergonha e dependência financeira e emocional são expostos como principais dificuldades e resistências à separação do parceiro violento); e *Consequências da violência* (que pretende compreender como a violência de gênero perpetrada por parceiros íntimos repercute na saúde e qualidade de vida das participantes).

Razões da violência contra a mulher

A partir da constatação da elevada prevalência de violência contra a mulher no Brasil e no mundo é possível inferir que as mulheres são vítimas dessa situação apenas e simplesmente pelo fato de serem mulheres, isto é, devido ao seu gênero (AGÊNCIA, 2016).

Considerando que por relações (e violência) de gênero deve-se compreender que as relações entre homens e mulheres são constituídas social e culturalmente e que são essencialmente relações de poder e de opressão (LÖWY e ROUCH, 2003), em várias sociedades os homens são incentivados durante sua socialização a exercitarem a violência (contra as mulheres e contra outros homens) como forma de reafirmar sua superioridade (SILVA e OLIVEIRA, 2015).

Para Santos e Izumino (2005) a violência contra as mulheres acontece devido à dominação destas pelos homens, ou seja, em decorrência de relações de poder dissimétricas, fazendo com que a mulher tenha sua autonomia anulada, tornando-se vítima e ao mesmo tempo cúmplice dessa situação. Porém, essa cumplicidade não deve ser considerada uma escolha (racional e livre) da mulher vitimada, mas sim uma consequência da própria destituição da sua autonomia no processo socializatório e civilizatório. Silva e Oliveira (2015) destacam que esse tipo de violência (de gênero) ocorre principalmente pelo fato do gênero feminino ser considerado inferior, devendo ser subordinado ao masculino por este ser concebido como naturalmente superior.

Bourdieu (2010) argumenta que cada um dos (dois) gêneros é construído por meio de imposições diferenciadas do oposto, fazendo parecer que essa divisão e codependência são naturais e imutáveis e que configuram esquemas de percepção, pensamento e ação que estruturam o funcionamento social. Neste mesmo sentido, Njaine, Silva, Rodrigues, Romeu e Delzivo (2014) explicam que a dominação masculina não se limita às representações individuais (de cada agressor ou de cada vítima), mas é dependente e resultante das representações sociais amplamente universalizadas e partilhadas em determinados grupos.

Portanto, a relação de dominação do homem sobre a mulher tende a ser banalizada, fazendo com que as vítimas nem sempre reconheçam que estão vivenciando um relacionamento abusivo e violento, principalmente quando se trata da violência psicológica.

No entanto, no caso específico das participantes desta pesquisa, talvez pelo fato da maioria delas ter sido localizada e acessada em um programa especializado de assistência às mulheres em situação de violência, essa naturalização da violência por parte do parceiro não foi confirmado, pois todas reconheceram que esse tipo de atitude (violência) não pode ser naturalizada e/ou repetida, mostrando que possuem relativa consciência de que essa dominação advém de condições socialmente construídas de desigualdade de gênero.

Designações como machismo, patriarcado e preconceito foram amplamente utilizados nas respostas das participantes para explicar

a violência do homem contra a mulher. Na fala de uma das participantes é possível constatar o reconhecimento de uma concepção de mundo sustentada por uma superioridade masculina e o desejo de conquistar uma igualdade de gênero por parte das mulheres:

Ainda existe aquilo do homem se achar superior. O homem tem poder, dão poder ao homem. Por causa do machismo eles são superiores a nós. Na verdade, eles pensam que são, porque nós somos muito mais fortes! Nós temos que mostrar a eles que isso não vale a pena. Se o homem pode, a mulher também pode. Se ele exige, a gente também tem que exigir. (Eliana).

A suposição de que vivemos em uma sociedade machista e patriarcal é referida pelas cinco participantes da pesquisa, revelando que elas reconhecem que vivem/viveram em um relacionamento abusivo motivado por características culturais atribuídas a cada gênero. Isso fica evidente no seguinte relato:

O homem precisa dominar, não pode ser dominado. Faz parte de todo esse imaginário do que é ser homem, tem esses estereótipos masculinos e femininos, é uma herança de um pensamento de que a mulher tem que obedecer ao homem, é aquela coisa patriarcal, que o homem está no centro. (Lúcia).

Lúcia relata que seu ex-marido na realidade é transgênero (female-to-male, isto é, nasceu mulher, mas psicologicamente se sente homem) e atribuiu suas atitudes violentas a uma necessidade de afirmar seu papel de homem na sociedade e, assim, corresponder às expectativas atribuídas à masculinidade:

Ele queria muito se comparar a um homem, não gostava de nenhum toque na vagina. Conversando com outras pessoas trans [gênero] eu percebi que essas pessoas procuram muito se igualar ao homem através da violência e agressividade. E ele fazia isso sempre. Sempre se comparava com homem, sempre quis ter um papel mais ativo, sempre queria ser mais violento. Parece que quanto mais agressivo ele era, melhor, ele adorava quando eu dizia que ele era violento. (Lúcia).

A utilização da violência como forma de reconhecimento do papel do homem pode ser

considerada uma consequência de uma sociedade na qual o patriarcalismo se encontra enraizado, impulsionando uma internalização (da noção tradicional) de masculinidade equiparada a um lugar de ação, imposição, decisão, de detenção do poder sobre outro(s) e de agente da violência (MINAYO, 2005).

Assim, a violência assume um papel relevante na construção da masculinidade e no ordenamento das relações sociais (CECCHETTO, 2004), permitindo compreender a agressividade como forma de reconhecimento de um verdadeiro homem que deve afastar-se dos esquemas atitudinais (ações, pensamentos e afetos) relacionados à passividade considerados típicos do ser mulher/feminino (DIAS e MACHADO, 2008).

Permanência na relação violenta

Como visto anteriormente as participantes consideram que seus parceiros foram/são violentos pelo fato da agressividade/violência ser um valor de alta relevância para o universo simbólico masculino, fruto de esquemas de socialização e aprendizagem e, portanto, não uma decorrência de atributos naturais.

Todavia, mesmo assim, as participantes persistem/persistiram por anos nesses relacionamentos violentos antes de romper (e algumas das participantes sequer romperam) seus casamentos e relacionamentos. Por quais razões isso ocorre?

Diversos estudos mostram que mesmo depois do episódio da violência é comum as mulheres acreditarem que uma família necessita da presença de um pai/homem dentro do ambiente doméstico e que ele é fundamental no processo de criação dos filhos (SCAFFO e FARIAS, 2011).

Também há uma pressão por parte da família de origem da mulher vitimada para que o casamento seja mantido, principalmente por causa das crianças e por ser esse o papel (historicamente) designado à mulher: ser mãe e cuidadora do lar (CUNHA, 2007).

Neste sentido, nos relatos abaixo, os filhos/dependentes foram citados pelas participantes como a principal motivação para o não rompimento do casamento após os episódios de violência:

Eu não gosto dele, eu só fiquei com ele por causa dos filhos. Só pelos filhos. Meus três filhos pedem para que eu não me separe,

apesar das agressões, eles amam o pai deles. (Silvana).

Meu filho é de outro casamento, não é filho dele, ele nunca bateu no menino e na idade de doze anos que ele está ele precisa do pai e ele é bom para meu filho, acho que o menino precisa dele. Eu é que não preciso mais... mas um pouco de não separar é também por causa do menino, mas eu mesmo quero separar, estou aqui tentando isso. (Eliana).

Quatro das cinco participantes citam a dependência financeira em relação ao parceiro como justificativa para continuar no relacionamento e relatam que permanecem nessa condição devido às ameaças, medo e vergonha:

Eu tinha muito medo de me separar, porque ele falava que ia me matar. Mas eu tinha medo mesmo quando ele dizia que se eu chamasse a polícia ele me mataria. Eu nunca contei para ninguém, passei por tudo sozinha. Nunca respeitei ele, sempre tive medo. Meu medo me deixava de mãos atadas, eu demonstrava medo muito fácil e ele usava isso contra mim. (Carmem).

Eu tinha medo do julgamento das pessoas, do que elas iam achar sobre eu estar passando por essa situação. Eu não queria que ninguém soubesse, é muito vergonhoso, porque quem é culpada é quem sofre, eu sabia que as pessoas iam me culpar por isso, me responsabilizar. (Lúcia).

Cunha (2007) argumenta que mulheres que sentem medo, culpa, vergonha, raiva e que cedem a chantagem do agressor possuem acentuada dependência emocional em relação a eles, muitas vezes justificando a violência como forma de proteger o agressor e a relação afetiva.

Há ainda mulheres vítimas de violência cometida por parceiros íntimos que mantêm a expectativa do amor transformador, acreditando que o parceiro poderá mudar radicalmente após demonstrar arrependimento, tornando-se o homem que elas desejam e que sempre sonharam em ter como parceiro (MILLER, 2002). No relato de Rose a esperança de ter um marido ideal é intercalada com sentimentos de fracasso por não ter vivenciado o casamento perfeito, revelando a ambiguidade de sentimentos vividos por muitas mulheres inseridas nesses contextos de violência:

Fico perguntando por que comigo, eu sempre tive sonhos de querer um marido minha vida toda. Acho que eu ainda quero às vezes... dá aquela esperança, mas eu sei que não vai ser assim. Isso não existe, tem que conformar. (Rose).

Para Scaffo e Farias (2011) a ideia de que a mulher deve estar submetida às ordenações dos homens se tornou institucionalizada, sendo interiorizado por muitas mulheres o ideal de docilidade e obediência, adequando-as às vontades do outro.

Apesar do discurso de desnaturalização da violência (isto é, que os homens não são naturalmente violentos) as participantes relatam carregar consigo o sentimento de impotência diante da situação vivenciada, colaborando para a perpetuação do ciclo de violência e para o fortalecimento das estruturas de poder repressivo dentre os gêneros. Um relacionamento permeado de violência está relacionado ao aumento da tensão nas relações de poder que foram estabelecidas pelo casal, havendo uma necessidade de confirmação das relações de dominação e subordinação, não raro pelo uso da violência (VILELA, 2008).

Assim, o uso da violência pode ser uma tentativa de reestabelecer o poder perdido ou nunca alcançado, fazendo com que haja uma confirmação mútua da identidade (GREGORY, 1992). Tudo isso começa como se a mulher vitimada já tivesse um destino traçado e nada pudesse ser feito para transformá-lo. Também é assim com os estereótipos atribuídos à maternidade, ao cuidado da casa e da família entre outras tarefas socialmente designadas às mulheres (SCAFFO e FARIAS, 2011).

Em pesquisas realizadas com os homens agressores de parceiras há prevalência de relatos de homens que afirmam que avisaram a parceira com antecedência sobre seu desagrado em relação a alguma atitude da mesma, e quando elas não o obedecem tendem a agredi-la verbal ou fisicamente, responsabilizando a mulher pelo seu descontrole (LAMOGLIA e MINAYO, 2009). Nos relatos a seguir, é nítida a expressão da necessidade de agradar o parceiro a fim de afirmar seu papel de uma boa esposa que exerce adequadamente as funções impostas a sua condição de mulher:

Eu fracassei, não sou boa mulher. Na verdade, ele fala que eu não sou porque eu sou sim, faço de tudo, não sou preguiçosa, eu me dedico. Eu tenho medo, fico quieta quando ele grita. Às vezes eu grito, mas aí vem para cima e eu calo. E ele gosta da casa muito limpa, se tem um pouco de pó ele xinga, me bate, fala que eu sou porca. Tenho que deixar tudo muito arrumado dentro de casa, não pode ficar nada fora do lugar, se não ele bate. Então eu fico o dia inteiro arrumando casa. (Rose).

Eu tentava agradar ele de todas as formas para que ele melhorasse. Agora eu falo sempre meio baixinho, não respondo a ele de jeito nenhum. Eu não tenho mais libido, eu só aceito sexo para agradar, eu ainda aceito o sexo, mas é como se fosse uma tortura. (Silvana).

Casais inseridos em um relacionamento permeado de violência vivem uma relação simbiótica na qual homem e mulher formam vínculos e papéis que se retroalimentam (MOREIRA e PRIETO, 2010; SOUZA e ROS, 2006). Essa seria uma das principais razões das dificuldades em romper os relacionamentos abusivos e violentos.

Devido a uma socialização tradicional segundo a qual a mulher deve ter um companheiro permanente para ser considerada completa, por vezes ela se vê na obrigação de assumir a responsabilidade por tudo que ocorre no relacionamento, fazendo com que permaneça na relação mesmo após vivenciar sucessivas violências (CARDOSO, 1997).

Consequências da violência

Se ser vítima de violência (de gênero) cometida por parceiro íntimo já é um fato a se lamentar, permanecer nessas relações pode ocasionar outras e variadas consequências.

Vilela (2008) mostrou que mulheres em situação de violência doméstica e de violência de gênero podem apresentar sintomas como: síndrome do intestino irritável, transtornos na sexualidade, complicações em gestações, abortos de repetição, depressão, ansiedade, dor crônica em qualquer parte do corpo ou mesmo sem localização precisa, dor que não tem nome ou lugar, tentativas de suicídio, lesões físicas que não se explicam de forma adequada e fibromialgia etc.

Krug et al (2002) destacam que as consequências da violência podem persistir por muito

tempo na vida da mulher vitimada, até mesmo depois da própria violência ter cessado, sendo que quanto mais severa for a violência proporcionalmente maior o prejuízo sobre sua saúde física e mental. Fonseca et al. (2012) demonstram que o sofrimento psíquico decorrente da violência pode ter efeito cumulativo, levando ao desenvolvimento de doenças psicossomáticas variadas – sendo a depressão a mais prevalente.

No caso específico desta pesquisa as participantes percebem a violência sofrida como desencadeadora de perturbações de ordem física, sentimentos crônicos de fracasso, autorrecriminações e idealizações suicidas:

Eu fui me debilitando, debilitando e guardei toda minha angústia no meu corpo. Eu tenho muita falta de ar, sinto fraqueza, minha imunidade está lá embaixo, tenho muita dor nas pernas. Não posso mais doar sangue, sempre fui doadora e agora não posso mais e isso me faz falta. (Eliana).

Eu fiquei muito mal, tomava doze tipos de medicamentos e nada resolvia. Artrite, artrose insônia, refluxo, pressão alta... foi dando tudo isso em mim de uns anos para cá. Nada me dá alegria na minha vida, eu não tenho mais alegria, eu tenho vontade de morrer. (Silvana).

Eu me sinto fracassada, é uma sensação de fracasso. Pergunto-me porque isso aconteceu, onde foi que eu errei. (Carmem).

Carmem possui uma cicatriz profunda e bastante aparente no rosto e pescoço devido ao esfaqueamento realizado pelo agressor durante a tentativa de homicídio. A participante relatou que as agressões sofridas no decorrer de seu relacionamento deixaram vários machucados por todo seu corpo. Fonseca e Lucas (2006) mostraram que da violência física podem decorrer diversificadas manifestações agudas, como inflamações, contusões e hematomas. Há também sequelas crônicas como limitações no movimento motor, traumatismos, deficiência física, entre outras.

As perturbações decorrentes dos episódios de violência alteram drasticamente a qualidade de vida dessas mulheres, causando consequências para a saúde física e psicológica. É comum que a vítima de violência doméstica e de gênero se isole cada vez mais, restringindo suas estratégias de enfrentamento e afastando-se de suas redes

de apoio, colaborando para a perpetuação do ciclo de violência e seus prejuízos (RIBEIRO e COUTINHO, 2012).

A vítima não é a única afetada já que outros membros da família que presenciam essa situação também sofrem as consequências da violência, em especial os filhos e dependentes (SILVA, COELHO e CAPONI, 2007). Segundo Miller (2002), filhos que testemunham agressões entre os pais podem desenvolver sentimento de culpa decorrente da incapacidade de cessar a violência e por sentir afetos ambivalentes (amor e ódio) pelo agressor. Problemas como dificuldades de aprendizagem, ansiedade, preocupação excessiva, baixa autoestima, depressão e transtornos psiquiátricos também podem aparecer nessas crianças e adolescentes.

Tristemente, as consequências da violência de gênero nunca são, portanto, apenas para os vitimados.

Por que, então, permanecer em relacionamentos íntimos violentos?

Os conteúdos das respostas das participantes não são, a rigor, inovadores. Há inúmeros relatos de pesquisa que possuem conclusões semelhantes acerca das drásticas consequências da violência perpetrada por parceiros íntimos: são motivadas por questões de gênero e atingem as vítimas e seus dependentes; há dificuldades em romper com esses relacionamentos decorrentes do medo, vergonha, dependência emocional e financeira etc.; há falta de apoio social (do Estado, inclusive) que previna e intervenha adequadamente na tentativa de diminuir consideravelmente essas ocorrências.

A questão maior que decorre destas situações continua a ser: por quais razões as mulheres vítimas de violência de gênero permanecem ou tem dificuldades em romper com esses relacionamentos abusivos? Diversas são as explicações possíveis e que se situam desde os modos de funcionamento (claudicante) da estrutura e suporte social oriundas de políticas públicas específicas até as que privilegiam os fatores psicológicos individuais dos envolvidos (codependência, desconhecimento, masoquismo e servidão voluntária dentre outros).

O que proporemos adiante tentará fornecer explicações para esse fenômeno (a permanência

em relações de gênero violentas) a partir de uma perspectiva específica: é o modo de funcionamento das relações de gênero na sociedade de produção capitalista que dificulta o adequado enfrentamento das formas de exploração dos homens sobre os homens e sobre as mulheres. Mas ao invés de investigarmos os modos de funcionamento do Estado e da prestação de seus serviços (que deveriam garantir e assegurar o pleno exercício da integralidade dos direitos), serão destacados os modos de constituição e funcionamento da subjetividade contemporânea próprios do sistema de produção capitalista.

Portanto, ao invés de enfatizarmos elementos da infraestrutura (que são fundamentais para a compreensão) das relações de produção e de gênero na sociedade capitalista, enfatizaremos aspectos da semântica (organização simbólica) da superestrutura (ŽIŽEK, 2010). Para tanto, a apresentação do conceito de *ideologia* é fundamental.

A despeito da não coesão do conceito de ideologia dentro do marxismo contemporâneo (STOPPINO, 1998), aqui será utilizada a definição de ideologia como *falsa-motivação* que conduz a determinadas ações, e não como falsa-representação, ou seja:

Os sistemas de crenças políticas, que podem ter caráter ideológico, interpretam e justificam determinadas situações de poder. Neles, os juízos de valor qualificam como legítimos, como bom e/ou útil o poder. E dessa maneira motivam os comportamentos de comando e os comportamentos de obediência. Nesta base podemos identificar outra noção de falsidade: o juízo de valor pode ser uma falsa motivação, que cobre ou mascara os motivos reais do comando ou da obediência. Assim, o conceito de Ideologia tem natureza social porque diz respeito aos comportamentos coletivos e não aos individuais; e, mais especificamente, os comportamentos coletivos que se instauram numa *relação de poder*. (STOPPINO, 1998, p.595).

Assim, a ideologia deve ser compreendida como um mecanismo de dominação calcado não no erro de julgamento (cognitivo) dos indivíduos diante de algum argumento específico – em outras palavras, os diversos argumentos que justificam as razões pelas quais os homens dominam as mulheres quaisquer que sejam estes

são, do ponto de vista lógico e argumentativo, plenamente plausíveis.

Mais precisamente a ideologia seria um *processo social* de dominação entre as classes sociais pretendendo o ocultamento do funcionamento da sociedade do qual decorrem discrepâncias, desigualdades e dissimetrias que são justificados por meio de argumentos não condizentes com a realidade (a denominada falsa-motivação) e que visam, em última instância, manter (sob o manto de uma aparente igualdade) a concentração dos privilégios e oportunidades numa específica parcela populacional:

Essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. (CHAUÍ, 2012, p.23).

Ou ainda:

A ideologia é resultado da luta de classes e que tem por função esconder a existência dessa luta. Podemos acrescentar que o poder ou a eficácia da ideologia aumentam quanto maior for sua capacidade para ocultar a origem da divisão social em classes e a luta de classes. A ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante tornam-se ideias de todas as classes sociais, tornam-se ideias dominantes. (CHAUÍ, 2012, p.82).

E as ideias (que sustentam práticas) das classes dominantes que se pretendem hegemônicas seriam o individualismo, a meritocracia e a naturalização das relações sociais, pois essa tríade faz desaparecer a História e os conflitos sociais ao enfatizar as capacidades/incapacidades individuais como motores da História. A ideologia, portanto, não pode ser limitada a um mero conjunto de representações de um grupo (por exemplo, as diversas ideias/interesses dos homens em contraposição as ideias/interesses das mulheres), sendo mais profícuo compreendê-la como *processo ideológico* (CHAUÍ, 2012), isto é: os mecanismos reais (as práticas efetivas) pelos quais os interesses dos homens dominam as mulheres.

Mas qual seria exatamente no caso da violência de gênero perpetrada entre parceiros íntimos a *falsa-motivação*? A resposta é quase que

óbvia: a manutenção dos privilégios dos homens sobre as mulheres assentado em pressupostos de que, naturalmente (por razões biológicas), desde sempre, os homens são superiores as mulheres.

Chauí (2012) nos informa que o sistema de produção capitalista mantém as desigualdades sociais (incluindo as de gênero) por meio da naturalização das relações sociais ou por meio do ocultamento da realidade social ou por meio da des-historicização, isto é, fazendo-nos esquecer de que as relações sociais (de produção no trabalho; de gênero) possuem uma história, em outras palavras, assentam-se no conflito de interesses. E, mais importante do que isso, que *mudaram ao longo da história*, sendo sua forma fenomênica e observável na contemporaneidade o resultado de relações sociais e históricas específicas e típicas do sistema de produção do capitalismo.

Em outras palavras, a ideologia nos faz esquecer que empregadores/empregados e homens/mulheres nem sempre se relacionaram das maneiras pelas quais o fazem na atualidade, e se o fizeram de forma distinta no passado (e em outras culturas) também o podem fazer diferentemente no porvir.

Por isso, há toda uma ênfase advinda dos mais diversos campos (dos saberes científicos, das mídias etc.) que enfatiza a suposta igualdade dos indivíduos independentemente das suas classes sociais de origem e/ou de gênero, pois assim os sucessos e fracassos podem ser atribuídos aos quantitativos de esforços empreendidos individualmente, ocultando e desconsiderando as reais diferenças de oportunidades e possibilidades que condicionam esses mesmos fracassos e sucessos (BESERRA, 2015). Mas questionar o funcionamento do processo ideológico é questionar um sistema de privilégios (de algumas classes sociais ou gêneros) travestido de igualdade, por isso a importância de manter o alheamento acerca do funcionamento ideológico.

A célebre frase de Marx “disso eles não sabem, mas o fazem” tanto explica o processo ideológico quanto lhe interpõem um questionamento fundamental (FELIP LÓPES-ESPINOSA, 2012; ŽIŽEK, 1992): compreender (saber) como ocorrem e quais são as condições específicas do funcionamento da ideologia garante que ela deixe de operar?

A crítica da ideologia consiste em preencher as lacunas e os silêncios do pensamento e do discurso ideológicos, obrigando-os a dizer tudo que não está dito, pois desta maneira a lógica da ideologia se desfaz e se desmancha, deixando ver o que estava escondido e assegurava a exploração econômica, a desigualdade social, a dominação política e a exclusão cultural. (CHAUÍ, 2012, p.118).

Em outros termos: basta a desalienação para haver mudança nas relações sociais de dominação? Tomemos como exemplo a violência (de gênero) perpetrada por parceiros íntimos: saber como funciona (quais são as supostas razões ou motivadores ocultos de) a violência faz com que essa mesma violência entre os parceiros deixe, automaticamente, de ocorrer?

Os dados fornecidos por nossas participantes (e as de diversas pesquisas citadas) revelam que não, pois se o saber fosse condição suficiente para alterar as relações violentas entre os parceiros, seria esperado justamente o contrário do que as pesquisas revelam (o não rompimento ou as dificuldades em romper com tais relacionamentos). O mesmo valeria, por aproximação, aos homens agressores e violentos: se passassem a conhecer as reais motivações dos seus atos violentos (cultura do machismo, cultura da violência, cultura do estupro, relações dissimétricas de poder entre os gêneros etc.) eles, agora conscientes dos reais motivadores ocultos, cessariam suas violências.

É equivocado supor que a tomada de consciência basta para alterar as condições reais de existência, pois essa injunção romperia inclusive com a concepção materialista de História proposta pelo arcabouço marxiano (ŽIŽEK, 1992). Ademais, tal concepção pode ser compreendida dentro dos próprios enquadres do funcionamento do *processo ideológico*: se a conscientização individual das mulheres ou dos homens (o empoderamento individual) bastasse para suplantam a desigualdade (de gênero, ilustrada pela violência) novamente o individualismo (e a meritocracia) seria enaltecido como parâmetro a ser seguido para solução dos problemas sociais.

Eis por que, reiterando, a desalienação individual apesar de necessária não é suficiente: pois as alterações das formas do viver e das condições reais de existência não estão do lado do saber, mas, efetivamente, do fazer/agir. Žižek

(1992) argumenta sobre esse fato quanto utiliza a ideia de *cinismo* de Peter Sloterdijk em sua *Crítica da Razão Cínica*, parodiando o mote marxiano para “eles sabem muito bem o que estão fazendo, *mas mesmo* assim o fazem” (ŽIŽEK, 1992, p.59), ou melhor, *justamente* por saberem as razões é que o fazem.

No caso da violência (de gênero) perpetrada entre parceiros íntimos os homens *sabem* muito bem que são violentos e que a violência é uma estratégia e instrumento de dominação – e justamente por isso a utilizam. Não há desconhecimento deste fato, não há conteúdo oculto a ser revelado, o que nos leva (novamente) a supor que não mais vivemos sob as prédicas do não-saber e da alienação. O cinismo, portanto, não pode ser compreendido como uma mera qualificação moral dos indivíduos (faço isso ou aquilo porque quero e não me importo com as consequências), mas deve ser encarado como um modo de *funcionamento da (subjetividade da) coletividade* – a própria estrutura simbólica da sociedade. Em outras palavras: faço isso ou aquilo porque não há como não fazer de outra maneira (SAFATLE, 2008; ŽIŽEK, 1992), pois se o fizesse perco os privilégios:

A razão cínica já não é ingênua, é o paradoxo de uma falsa consciência *esclarecida*: estamos perfeitamente cômicos da falsidade, da particularidade por trás da universalidade ideológica, mas, ainda assim, não renunciamos a essa universalidade. O cinismo é justamente a resposta da *cultura vigente* à subversão cínica: reconhecemos o interesse particular por trás da máscara ideológica, mas mesmo assim conservamos a máscara. O cínico vive da discordância entre os princípios proclamados e a prática. (ŽIŽEK, 1992, p.60-61).

Em suma, por cinismo, racionalidade cínica ou por funcionamento social cínico pode-se compreender as dificuldades em alterar os modos de viver e as condições reais de existência (BALDINI e DI NIZIO, 2015; BARROS, 2014), ou seja, o cinismo pode ser compreendido como um ato coletivo de resistência às mudanças.

Em relação às mulheres envolvidas em relações de violência (de gênero) entre parceiros íntimos o conceito de cinismo teria contribuição interessante, porém, limitada – ainda mais porque o termo, na sua concepção de senso-comum,

aproxima-se de uma designação pejorativa, moralista e individualizante. Entretanto, o conceito de *interpassividade* tal como proposto por Pfaller (2007) e Žižek (1988; 2010) pode auxiliar a compreender as dificuldades e resistências das mulheres em romper com relacionamentos violentos e abusivos.

Ademais, incorporar esse conceito às discussões sobre violência de gênero pode ser importante por possibilitar avanços e novas contribuições diante das limitações das explicações de caráter eminentemente econômico típicas do marxismo – a saber: que as mulheres não rompem os relacionamentos por dependerem economicamente dos seus parceiros, fato que não se aplica à realidade de todas as classes sociais (CUNHA, 2007; 2013).

Basicamente, por interpassividade deve-se entender que em nossas relações (de quaisquer tipos) somos ativos e passivos ao mesmo tempo. O termo foi forjado por Robert Pfaller¹ ao questionar o argumento de que na contemporaneidade os sujeitos são estimulados a serem sempre (pró) ativos em suas relações sociais – o faça você mesmo – sendo a passividade desestimulada quando não negada e proibida, pré-dica disseminada pelas *mass media* e pela *weltanschauung* (concepção de mundo) do sistema de produção capitalista.

Aliás, esse movimento pela extrema interação se adéqua perfeitamente aos ditames do capitalismo, pois está calcado e enaltece o individualismo, o empreendedorismo e a competição desenfreada. Mas para Pfaller (2007) e Žižek (1998; 2010) o estímulo à (inter) atividade (pois ela nunca é um ato solitário, mas imersa num contexto social) *esconde/escamoteia* um fato anterior que revela suas relações com o processo ideológico: as possibilidades de (inter) ação com um objeto/humano já estão dadas de antemão (são pré-estruturadas), mas são apresentadas

como de livre-interação e livre-escolha para e pelos indivíduos²:

Esta é a noção lacaniana de descentramento. Eu transfiro para o Outro [a cultura, a sociedade] a responsabilidade em manter o andamento escamoteado das coisas e disso obtenho a sensação de que exercito livremente minha liberdade. (ŽIŽEK, 1998, p.5 – tradução livre).

Do que decorre:

No caso da interpassividade, eu estou (sou) passivo diante do Outro. Eu concedo ao Outro o aspecto passivo enquanto eu posso continuar ativamente engajado [em outras coisas]. Isso nos permite propor a noção de *falsa-atividade*. (ŽIŽEK, 1998, p.10 – tradução livre).

Assim, o Outro (ou em outras palavras: a estrutura social) *faz* o indivíduo agir de determinadas maneiras ao mesmo tempo em que é criada a ilusão da sua própria autonomia diante de outros indivíduos e da sociedade. E se as possibilidades (e consequências) de interações já são apresentadas de antemão, mesmo que desconhecidas, age-se supondo haver liberdade quando na realidade preexistem condicionamentos para fazer algumas coisas. Outra maneira de dizer isso é alegar que a liberdade de escolha é, igualmente, extremamente reduzida e limitada diante dos ditames sociais – por exemplo, a violência que *compete* e é *impingida* aos homens exercem contra as mulheres.

Portanto, para Pfaller e Žižek, (inter) agimos ao mesmo tempo em *somos agidos* (interpassivados) pela estrutura social, em outras palavras, somos agentes ao mesmo tempo em que somos objetos da estrutura social (PFALLER, 2007).

É a partir deste último argumento que as principais consequências nos interessam na temática apreciada (resistências em romper com relações de gênero violentas): muitas vezes as

¹ No início de sua obra (*Illusionen der anderen* [Ilusão Sem Outros]) Pfaller se dedica ao estudo da arte contemporânea que requer do indivíduo não um posicionamento passivo e reflexivo (estático) diante da obra de arte tal como requeria a arte clássica, mas sim sua própria imersão no objeto artístico e sua participação na construção tanto do objeto quanto do sentido atribuído ao objeto (posicionamento bem expresso pela arte-performativa e pelo modernismo da literatura). Espera-se, portanto, que o indivíduo participe e interaja com a obra. Atualmente, o autor problematiza o mesmo para com as redes sociovirtuais da internet.

² As redes sociovirtuais são bons exemplos disso: ao indivíduo é apresentado a livre possibilidade de falar/escrever/postar/curtir/partilhar o que quiser como bem quiser, além de poder se desligar quando quiser destas redes. Todavia, acessar tais redes e a internet tem um custo real e a depender do que se fala/escreve/poste/curte/partilhe nestas redes as consequências (e penalizações) são bem reais – mas essa parte da história não é devidamente revelada quando da contratação (e pagamento) destes serviços. Em suma, as interações resultantes de atos dependentes de uma estrutura social específica são apresentadas como atos individuais e independentes.

mulheres vitimadas efetivamente (inter) agem, mas as consequências dessas ações são quase que inócuas, sem efeitos de transformações efetivas nas condições reais de existência, isto é, mediante (inter) passividade. Nas palavras de Žižek: “Você pensa ser ativo, enquanto sua verdadeira posição, como própria do fetichismo, é passiva. (ŽIŽEK, 1998, p.10 – tradução livre).

Segundo a interpassividade agimos muitas vezes para não mudar, mas não porque evitamos ou porque não desejamos as mudanças ou porque somos complacentes (com a violência), mas sim porque as mudanças das/nas relações sociais (e de gênero, incluindo as de violência) nunca serão resultantes de *atos individuais*. Essa talvez seja a principal contribuição do conceito de interpassividade para a compreensão do campo social. Novamente, a ideologia mostra sua face na interpassividade quando o sistema de produção capitalista enfatiza a (ilusão da) autonomia dos indivíduos.

Tomando como exemplo as participantes desta pesquisa podemos mostrar o funcionamento da interpassividade da seguinte maneira: mesmo conscientes de que a violência perpetrada pelos homens não é um fato natural, mas sim a resultante de condições sociais e históricas específicas, elas não conseguem (ou tem dificuldades em) romper com essas relações não por que lhes faltam interesses ou vontades, *mas sim porque pouco ou quase nada do que fazem consegue efetivamente evitar a repetição dessa violência consigo ou com outras mulheres* (a dimensão coletiva é muito significativa nessa apreciação), pois essa violência não é a resultante de um fato individual (a agressividade constitucional dos homens, exercida por *um* homem particular), mas sim é um fato imposto pela estrutura social. A ilusão interpassiva é a de que individualmente mudanças podem ser produzidas com escopo coletivo (PFALLER, 2007). O que não é verdade.

Por fim, o que fazer, portanto? As contribuições da articulação destes conceitos originários do marxismo (ideologia) e da psicanálise laciana (cinismo; interpassividade) aplicada ao campo social e aos estudos de (violência de) gênero são as de revelar abertamente que apesar de significativas as estratégias interventivas calcadas nas transformações individuais não bastam para alterar os modos de funcionamento das relações sociais, sendo mais promissoras as intervenções

coletivamente organizadas (nominalmente as educativas que pretendem alterar as representações de uma coletividade) (MÉSZÁROS, 2005; ROSO e ROMANINI, 2014).

Por isso, responsabilizar ou oferecer tratamentos aos homens agressores e mulheres vítimas de violência de gênero são ações importantes, mas é preciso *fazer* mais: principalmente fazeres organizados coletivamente em espaços sociais (como escolas) pretendendo discutir e debater abertamente a cultura do machismo e do estupro, a ideologia de gênero, o patriarcalismo e outros temas significativos para a revisão das práticas sociais que produzem desigualdades na nossa sociedade – discussões tão dificultadas nos dias de hoje.

Considerações finais

A violência de gênero ocorre contra a mulher pelo simples fato de ser mulher. A ocorrência dessa violência é uma das principais violações dos direitos humanos em todo o mundo apesar das inúmeras diretrizes e políticas que visam à garantia dos direitos dessa população (OLIVEIRA e FONSECA, 2007; NJAINE et al., 2014).

As vítimas de violência doméstica por parceiros íntimos que participaram da pesquisa entendem que a conduta do agressor é motivada por um complexo fenômeno social enraizado em uma cultura na qual a violência e o poder estão diretamente relacionados à figura e ao exercício dos papéis da masculinidade, representando um conjunto de valores e condutas esperados dos homens em determinada sociedade. Conceitos como machismo, patriarcado, cultura e educação foram utilizados pelas participantes para explicar a violência sofrida pelos parceiros.

A permanência da vítima no relacionamento abusivo advém, dentre outros, da dependência emocional em relação ao parceiro que ao mesmo tempo em que agride permite que a mulher nutra a esperança de que ele poderá voltar a ser aquilo que era antes do casamento ou que se tornará o parceiro que ela sempre sonhou ter. A dependência financeira também foi citada pelas participantes, bem como a preocupação em oferecer aos filhos a presença de um pai no espaço doméstico.

As consequências da violência (doméstica; de gênero) para a mulher traz graves

consequências para sua saúde física e mental, causando diminuição em sua qualidade de vida. Tristeza, depressão, vontade de morrer, sentimento de fracasso e desenvolvimento de doenças psicossomáticas foram os principais prejuízos citados pelas participantes devido às agressões sofridas pelo parceiro.

Entretanto, as dificuldades em romper com as violências de gênero transcendem o âmbito privado e/ou individual (dependência emocional e/ou financeira) e devem ser compreendidas tanto como um grave problema de saúde pública (levando ao aumento da procura por serviços de saúde) como um *modo de funcionamento da nossa sociedade contemporânea* que é apagado por processos ideológicos, cínicos e interpassivos que dificultam seu enfrentamento e superação.

Intervenções com os agressores, profissionais da atenção básica, equipes de assistência social e com outros atores sociais também precisam ocorrer com urgência, devendo haver maior incentivo às discussões e aos debates de caráter coletivos (nominalmente os educativos e educacionais) para a instauração de novos valores que, mais equitativos, sirvam de balizas e referências para a recriação de relações entre homens e mulheres. Ou seja, para alterar esse triste cenário é preciso ocorrer alterações na estrutura de funcionamento simbólico das/nas relações entre homens e mulheres.

A partir da compreensão sobre o funcionamento das estruturas sociais que organizam os papéis de gênero será possível questionar conceitos, normas e ações cristalizadas (*gender rules*) em nossa sociedade contemporânea que contribuem para que práticas violentas entre homens e mulheres continuem acontecendo.

Referências

AGÊNCIA. Agência Patrícia Galvão. **Feminicídio – Dossiê Violência contra as mulheres**. 2016. Disponível em <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/>. Acesso em: 10 set. 2016

BALDINI, L. J.; DI NIZIO, P. L. O cinismo como prática ideológica. **Estudos da Língua(gem)**, v.13, n.2, p.131-158, 2015

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011

BARROS, R. J. F. O cinismo e o capitalismo: ideologia e teoria radical em S. ŽIŽEK. **Em Debate**, n.11, p.145-151, 2014

BESERRA, I. K. N. Arranjos ideológicos e criminalização da pobreza na era da globalização: desafios ao enfrentamento da questão social. **Revista Emancipação**, v.15, n.2, p.213-226, 2015

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010

BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of sex**. New York: Routledge, 1993

BUTLER, J. **Problemas de gênero – Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

CARDOSO, N. M. B. Mulher e maus tratos. In M. N. STREY (Org.). **Mulher e estudos de gênero** (p. 125-134). São Leopoldo, RS: Unisinos, 1997

CECHETO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004

CHAUÍ, M. de S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012

CUNHA, T. R. A. **O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**. Vitória da Conquista: UESB. 2007

CUNHA, T. R. A. Violência conjugal; os ricos também batem. In R. R. PHILLIP (org.) **Investigaciones actuales de las mujeres y del gênero** (p.163-177), Compostela: Editora Universidad de Compostela, 2013

DE TILIO, R. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Gênero (Niterói)**, v.14, n.2, p.125-148, 2014

DIAS, A. R. C.; MACHADO, C. Gênero e violência conjugal – Uma relação cultural. **Análise Psicológica**, v. 4, n. 26, p. 571-586, 2008

FELIP LÓPEZ-ESPINOSA, L. El problema de la interpelación ideológica: la réplica de la escuela eslovena. **Décálogos**, v1, n.2, p.1-34, 2012

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009

- FONSECA, D. H., RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v.24, n.2, p.307-314, 2012
- FONSECA, P. M.; LUCAS, T. N. S. **Violência doméstica contra mulheres e suas consequências psicológicas**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Psicologia, Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública e Fundação Baiana para o Desenvolvimento das Ciências, Bahia, 2006
- FONTANELLA, B. J.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, v.24, n.1, p.17-27, 2008
- GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; ARAÚJO, A. J. S.; COELHO, T. M. F. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias de gênero e geração. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.20, n.4, p.504-508, 2007
- GREGORY, M. F. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- KRUG, E. G., DAHLBERG, J. A., MERCY, A. B., ZWI, B.; LOZANO, F. (Org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002
- LAMOGLIA, C. V. A.; MINAYO, M. C. S. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro, **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.2, p. 595-604, 2009
- LÖWY, I.; ROUCH, H. Génese et development du genre: les sciences et les origins de la distinction entre sexe et genre. **Cahiers du Genre**, v.34, n.1, p.5-16, 2003
- MÉSZÁROS, I. **Educação para-além do capital**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2005
- MILLER, L. **Protegendo as mulheres da violência doméstica**. Seminário de treinamento para juízes, procuradores, promotores e advogados no Brasil. Brasília: Tahirid Justice Center, 2002
- MILLER, M. S. **Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres**. São Paulo: Summus, 1999
- MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência e saúde coletiva**, v.10, n.1, p.18-26, 2005
- MOREIRA, M. M. N.; PRIETO, D. “Da sexta vez não passa”: Violência cíclica na relação conjugal. **Psicologia IESB**, v.2, n.1, p.58-69, 2010
- NJAINE, K., SILVA, A. C. L. G., RODRIGUES, A. M. M., ROMEU, G.; DELZIOVO, C. R. **Violência e Perspectiva Relacional de Gênero – Atenção a homens e mulheres em situação de violência por parceiros íntimos**. Santa Catarina: Governo Federal, 2014
- OLIVEIRA, C. C.; FONSECA, R. M. G. S. Práticas dos profissionais das equipes de saúde da família voltadas para as mulheres em situação de violência sexual. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, v.41, n.4, p.605-612, 2007
- PEQUENO, M. J. P. (2007). **Direitos humanos e violência**. 2007. Disponível em <http://www.colegiointegral.com.br/EM/AULAS/2ano/SOC-violencia.ppt>. Acesso em: 8 jun. 2010
- PFALLER, R. Interpassivity and misdemeanors: the analysis of Ideology and the Žižekian toolbox. **International Journal of Žižek Studies**, v.1, n.1, p.33-50, 2007
- RIBEIRO, C. G.; COUTINHO, M. L. L. Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. **Psicologia e Saúde**, v.3, n.1, p.52-59, 2011
- ROSO, A.; ROMANINI, M. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber Social**, v.3, n.1, p.83-95, 2014
- SAFATLE, W. **Cinismo e a falência da crítica**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v.16, p.115-136, 2001
- SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinares de America Latina y El Caribe**, v.16, n.1, p.147-164, 2005
- SCAFFO, M. F.; FARIAS, F. R. A Transmissão dos protocolos de gênero como dispositivo de submissão feminina à violência conjugal. **Revista Internacional Interdisciplinar**, v.8, n.2, p.134-159, 2011
- SILVA, L. E. L.; OLIVEIRA, M. L. C. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.20, n.11, p.3523-3532, 2015

SILVA, L. L., COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface, Saúde e Educação**, v.11, n.21, p.93-103, 2007

SOUZA, P. A.; ROS, M. A. D. (2006). Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. **Revista de Ciências Humanas**, v.40, n.1, p.509-527, 2006

STOPPINO, M. Ideologia (verbetes). In N. BOBBIO, N. MATEUCCI, N.; P. GIANFRANCO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998

TAVARES, M. A entrevista clínica. In J. A. CUNHA (Org.). **Psicodiagnóstico**. (p.45-56). Porto Alegre: Artmed, 2002

VILELA, F. L. (Org.). **Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal**. Brasília: DF, 2008

WASELFISZ, J. J. (Org.). **Mapa da Violência 2015 – Homicídios de mulheres no Brasil**. Brasília: DF, 2015

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005

ŽIŽEK, S. O sujeito interpassivo: Lacan gira uma roda de orações. In S. ŽIŽEK. **Como ler Lacan** (p.32-52). Rio de Janeiro: JZE, 2010

ŽIŽEK, S. The interpassive subject. **Traverses**. p.1-18, 1998. Disponível em <http://www.lacan.com/zižek-pompidou.htm>. Acesso em: 17 ago. 2015

ŽIŽEK, S. Cinismo e objeto totalitário. In S. ŽIŽEK. **Eles não sabem o que fazem – o sublime objeto da ideologia**. (p.59-74). Rio de Janeiro: JZE, 1992